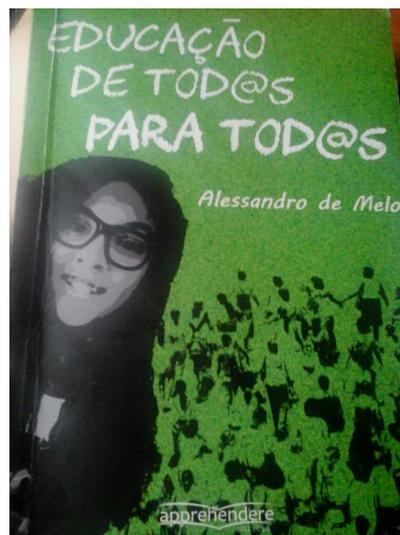


RESENHA:

MELO, A. Educação de tod@s para tod@s. Guarapuava: Apprehendere, 2016.

## A educação de tod@s para tod@s e a luta contra as reformas neoliberais na Espanha

SAULO RODRIGUES DE CARVALHO\*



O professor Alessandro de Melo é doutor em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Mestre em Educação Escolar pela Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho” (UNESP/Araraquara). Atualmente leciona no curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná (UNICENTRO/Guarapuava) e no Programa de Pós-graduação em educação da mesma universidade.

Resultado de sua pesquisa de pós-doutorado realizada na *Facultad de Educación da Universidad de Málaga*, o livro de Alessandro de Melo analisa a reforma educativa da Espanha e os contornos da política neoliberal na imposição de um modelo autoritário e submetido aos controles internacionais como o PISA (*Programme for International Student Assessment*), instituído pela OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico). Divido em três capítulos, busca sintetizar as variantes históricas e políticas que deram suporte à elaboração da LOMCE (*Ley Orgánica de Mejora de la Calidad Educativa*), aprovada pelo Partido Popular (PP) em 9 de dezembro de 2013. A lei consolidou uma política educacional *performática e tecnocrática* ligada a

uma concepção conservadora e reacionária de escola. Ao buscar favorecer o mercado e a Igreja Católica, a LOMCE trás em seu bojo medidas retrógradas e segregacionistas. Outro ponto polêmico da Lei é o incentivo ao *Parental Choice*. Semelhante ao que acontece nos EUA com os *Charters Schools*, a LOMCE cria uma política de escolha das escolas pelos pais, que acelera o processo de desestatização e cria um estado de competição entre as escolas, favorecendo especialmente à iniciativa privada.

No primeiro capítulo intitulado “*Reforma educativa e neoliberalismo*”, Melo (2016) apresenta o instrumental conceitual e teórico com o qual analisa a Reforma da educação espanhola. Discute essencialmente as implicações econômicas e pedagógicas da política neoliberal sobre a educação nos últimos tempos. Para ele “[...] o que caracteriza estes processos é uma radicalização da perspectiva mercantilista na educação” (MELO, 2016, p.25), que não somente quer impor um modelo comportamental representado pelo empreendedorismo, individualismo, competitividade, entre outros valores típicos do ideário liberal, como também disputa o campo educacional “[...] para investimentos, lucratividade e reparto dos fundos

públicos” (Ibidem). Compreendendo que as reformas educativas do presente momento são parte de um processo de descenso das políticas de bem-estar do período pós-guerra e ascensão do neoliberalismo como forma de Estado, Melo (2016, p.45) interpreta o desenvolvimento das reformas educacionais do período hodierno, como um acinte para “[...] tornar os princípios educativos em princípios competitivos, que são os princípios pertinentes à lógica do mercado, além, claro, de buscar, portanto, a formação do senso comum competitivo e a privatização direta da educação”. Discute fundamentalmente, os aspectos da *performatividade* utilizada como mecanismo de controle e exposição do trabalho docente aos ditames do mercado, criando uma situação de constante incerteza e insegurança sobre seu campo profissional. Juntamente com o *gerencialismo*, promove uma lógica de competitividade e desconfiança entre os docentes, gerando um processo de responsabilização (*accountability*) pelos resultados dos índices escolares, medidos pelas avaliações externas.

O Capítulo segundo trata das “*Categorias explicativas da reforma educativa espanhola*”. Nele o autor enfoca os aspectos políticos e o contexto histórico da formulação da LOMCE. Analisa, em síntese, as reformas educacionais que atravessam o período histórico de 1970 a 2006. Da *Ley General de Educación (LGE)* de 1970 à *Ley Orgánica de la Educación (LOE)* de 2006, apontando seus avanços, recuos e contradições. O período assinala a transição do regime franquista à democracia espanhola, marcado por seis grandes reformas nas leis de educação do país. A LGE, também conhecida como *Ley Vilar Palasí*, aprovada nos últimos anos do

franquismo, teria sido uma lei que conseguira aliar o antigo e o moderno. Era antiga por valer-se da tecnocracia e ser alusiva ao governo de Francisco Franco, e moderna “[...] por defender a igualdade de oportunidades, por se dirigir a um currículo que privilegiava o aprendizado autônomo, por defender novos métodos e técnicas de ensino etc.”. (MELO, 2016, p.72). Devido à grave crise institucional que se instaurou no país durante os anos 1970 até a morte de Franco, a LGE não conseguiu obter êxito em sua implantação.

A *Unión Centro Democrática (UCD)*, que havia ganhado as eleições gerais de 1977, conseguiu impor muitas pautas à direita na discussão da nova Constituição, atendendo em especial aos interesses das escolas privadas e confessionais, na partilha do orçamento público da educação. Contudo, como relata Melo (2016, p.75) esta constituição proporcionou “[...] a união, até então, inédita, entre o direito à educação, bandeira das esquerdas e a liberdade de ensino, bandeira das direitas, à custa de concessões de ambos os grupos”. Em 1982 o *PSOE (Partido Socialista Obrero Espanhol)* consegue a maioria dos votos e assume o governo, dando início a uma fase de grande expansão do sistema de ensino espanhol. Por meio da *LODE (Ley del Derecho a la Educación)* entrou numa disputa acirrada pelo financiamento público das escolas privadas. A lei dos socialistas não promoveu a ruptura radical do financiamento público à iniciativa privada e laicização do ensino, consideradas bandeiras históricas do Partido Socialista. Pelo contrário, promoveu uma rede de escolas concertadas, subvencionadas em grande parte pela Administração Central e sujeitas a determinadas regras estabelecidas pelo Governo. Ainda

assim, a Igreja Católica se mobilizou contra a LODE, entendendo que esta ameaçava a autonomia das escolas e o direito pela liberdade de ensinar. A Lei foi parar nos tribunais e ficou paralisada até o ano de 1985. Em 1990 o PSOE coloca em ação uma nova reforma educacional, ampliando a obrigatoriedade do ensino até os 16 anos. A LOGSE (*Ley Orgánica de ordenação General del Sistema Educativo*), no entanto, buscou modernizar a educação espanhola, inserindo o país ao padrão de qualificação e adaptação da força de trabalho dos novos processos produtivos e a integração da Espanha à União Europeia. Como explica Melo (2016, p.84):

A centralidade da educação básica estendida aos 16 anos, a grande herança positiva da LOGSE, localiza-se não como ampliação das possibilidades de formação humana, mas como estratégia subordinada da educação escolar à adequação dos estudantes às mudanças constantes da sociedade, que por sua vez, são naturalizadas.

A LOGSE significou a incursão da Espanha na produção globalizada. Introduzindo o discurso da qualidade na educação, impôs deste modo, um maior controle dos processos educacionais por meio de ferramentas de gerenciamento e avaliação de resultados. Foi “[...] o início de uma política neoliberal que culminaria numa solução de continuidade com a eleição do PP em 1996” (IBID.). Em 1996 o PP vence as eleições, mas não obtém força suficiente no parlamento para modificar a LOGSE. Só em 2000 os populares conseguem uma vitória larga que lhes possibilitou a aprovação de uma nova lei. A LOCE (*Ley Orgánica de Calidad de la Educación*), foi aprovada em 2002 e trataria os mesmos princípios da

LOMCE de 2013. Contudo, a LOCE teve vida curta, sendo suprimida antes mesmo de ter sido colocada em prática. Em 2004 o PSOE retorna ao poder e em maio de 2006 aprova a LOE (*Ley Orgánica de Educación*). Trouxe como princípio a melhoria da qualidade sem perder a equidade do sistema. Buscando amenizar as desigualdades criadas pelo sistema escolar dividido entre escolas públicas e escolas concertadas, a LOE reduziu a rigidez entre os itinerários escolares acessíveis ao ensino superior.

Finalizando o capítulo, Melo (2016) apresenta uma análise detalhada sobre a LOMCE. Conhecida como a *Ley Wert*, em referência ao ex-ministro da educação Luiz Ignacio Wert, tem como objetivo “[...] colocar o sistema educativo como mais um dente na engrenagem da valorização do capital” (MELO, 2016, p.126). Um dos principais fundamentos da LOMCE é a meritocracia. Como parte do discurso ideológico de justificação das desigualdades, agudizadas pela reestruturação produtiva e políticas neoliberalizantes, a LOMCE enaltece o “talento” e os “esforços individuais” como saídas para o desemprego. São desconsiderados os determinantes sociais e econômicos que originam e que direcionam tais “talentos” nos indivíduos, reforçando com isso a dualidade do sistema escolar. Para legitimar o processo de exclusão e elitização gerados por esse tipo de política educacional, a LOMCE responsabiliza as famílias pelo destino educacional dos filhos, empoderando-as no que cabe à escolha das escolas. Como afirma Melo (2016, p.102) “[...] neste caso, em particular é que esta prioridade das famílias seja financiada pelo Estado com recursos públicos [...]”. Nesta mesma linha de fortalecimento do privatismo da educação a LOMCE passa a reconhecer

o ensino religioso como parte obrigatória do currículo, estabelecendo, inclusive, processos avaliativos sobre ele.

O currículo é outro ponto discutível na reforma. Com a intenção de adequá-lo ao discurso empresarial, estampado nas avaliações de larga escala, como o PISA, a reforma prevê uma “diferenciação/hierarquização” das disciplinas chamadas “‘disciplinas-tronco’ que além de serem obrigatórias, ficam a cargo do governo estatal, centralizadas e fora do controle autonômico e que ocupam pelo menos 50% da carga horária das escolas [...]” (MELO, 2016, p.134). São as disciplinas de Matemática, Ciências e Compreensão Leitora. Não por acaso, estas disciplinas estão veiculadas ao PISA. Guardando as devidas proporções, algo parecido tem sido feito aqui no Brasil, com a Reforma do Ensino Médio. O enfoque e ampliação da carga horária para este conjunto pequeno e tático de disciplinas representam a subordinação direta e escalar dos objetivos da educação pública à política neoliberal. A reforma espanhola, não só avançou sobre a estrutura e o currículo escolar, como também esfacelou a autonomia e democratização das escolas, estabelecendo uma prática autoritária por meio da concentração das decisões nas mãos do diretor, aferrando o projeto político pedagógico das escolas à centralidade das avaliações externas.

Para finalizar o livro, o terceiro capítulo diz respeito à resistência da sociedade civil contra a Reforma. Com o título de “*A sociedade civil reage à reforma*”, trata especificamente dos movimentos sociais, gerados por estudantes, professores e comunidades, com intuito de discutir e barrar a LOMCE. Neste capítulo, Melo apresenta uma análise de

três grandes plataformas, a *La educación que nos une*, *Por outra política educativa* e a *Marea Verde*. Através da compreensão gramsciana de sociedade civil, hegemonia e contra-hegemonia, esboça uma teorização sobre o avanço das organizações populares como uma forma de trincheira na guerra de posições pelo controle hegemônico da educação. Sobre a plataforma *La educación que nos une*, destaca o combate do Movimento ao projeto neoliberal de educação, tendo como bandeira de luta a educação *pública, democrática, inclusiva, coeducativa, científica, ecológica e laica*. “Inclusive a bandeira deste movimento é a desobediência civil à LOMCE, dado seu caráter autoritário, que foi aceita apenas pela subserviência dos parlamentares e contra a vontade da comunidade educativa” (MELO, 2016, p.167).

A plataforma *Por outra política educativa* reúne intelectuais das universidades espanholas contrários à LOMCE. Combatem, fundamentalmente, o caráter autoritário e economicista da reforma e avançam nas reivindicações de uma educação pública e gratuita, desde o nascimento ao longo da vida, exigindo a criação de um sistema escolar único e o fim do financiamento estatal das escolas concertadas. O movimento agrega instituições importantes como a CEAPA (*Confederación Española de Asociaciones de Padres y Madres del Alumnado*) e o *Sindicato de Estudiantes*. Realizou dois grandes encontros que culminaram na elaboração de um decálogo denominado, *Segunda Declaración del Foro de Sevilla*. Para Melo, esta plataforma é a que mais se aproxima das formas tradicionais de luta dos movimentos de esquerda.

Interessante notar que os princípios deste coletivo, por agregar tantas organizações diferentes, nos traz um quadro de certo consenso sobre as concepções críticas presentes nos movimentos sociais mais institucionalizados, como os vinculados à academia ou a comunidade escolar, sindicatos e partidos. (MELO, 2016, p.270).

Encerrando sua análise dos movimentos de contestação, apresenta as *Mareas Verdes*. Esta plataforma nasceu contra as políticas de precarização do trabalho docente e demissão de aproximadamente três mil professores, na Comunidade de Madrid. O slogan do movimento que serviu de inspiração para o título do livro: “*Escuela Pública de Tod@s para Tod@s*”, teria se espalhado por toda Espanha depois da proibição pelo Estado, do uso das camisetas verdes com a frase do movimento, em lugares públicos (como o colégio eleitoral e escolas estatais). As *Mareas* possuem uma organização horizontal, sem a figura de um presidente, coordenador, ou qualquer autoridade. Fator que as diferencia dos demais movimentos contrários a LOMCE. Sua primeira grande manifestação se deu em julho de 2011 e resultou numa onda de greves em Madrid. Adquirindo expressão nacional o movimento elaborou uma *Carta por la educación pública*, onde reafirma os princípios do Foro de Sevilha. Conforme Melo (2016, p.181, grifo no original): “A diferença expressa neste documento, em relação aos anteriores, é a insistência na horizontalidade e na discussão de relações sociais livres como horizonte, cuja gestão não depende dos governos, mas da união dos *de abajo*”. As *Mareas* são um exemplo da diversidade e complexidade dos movimentos sociais espanhóis e de suas estratégias de luta contra o projeto hegemônico das classes dominantes.

O livro de Alessandro de Melo é um importante documento para a compreensão das reformas educacionais do momento atual da crise capitalista. A análise da particularidade espanhola expõe a universalidade da crise de civilidade do capital que restringe os orçamentos públicos ao limite, enquanto amplia o financiamento e a lucratividade da iniciativa privada. Acompanhada de um forte componente ideológico conservador, que incentiva os valores da meritocracia, da competição e do individualismo, reformas educacionais como a LOMCE espanhola, projetam um quadro, cada vez mais agudo de desigualdade, e empobrecimento intelectual e material da massa trabalhadora. Entretanto, a resistência à política de pauperização do Estado Social e miserabilização dos trabalhadores tem se fortalecido e desenvolvido novas formas de contestação e mobilização. A *Educación de Tod@s para Tod@s*, consegue sintetizar com argúcia, algumas dessas novas ideias, ampliando os horizontes da luta contra os efeitos nefastos das políticas neoliberais na educação.

---

\* SAULO RODRIGUES DE CARVALHO é Doutor em Educação Escolar pela Faculdade de Ciências e Letras (FCLAR) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, Campus de Araraquara; professor colaborador do curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná (UNICENTRO), no campus Santa Cruz em Guarapuava-PR.